GRUPO DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL

REUNIÃO DO GT-46 COM AS ENTIDADES ASSESPRO, FENAINFO e AFRAC

DATA DA REUNIÃO:	19/09/12 (Quarta-Feira)	
HORÁRIO PREVISTO:	INÍCIO: 08:00 Horas	TÉRMINO: 18:00 Horas
HORÁRIO REAL:	INÍCIO: 10:20 Horas	TÉRMINO: 18:00 Horas
LOCAL: Sefaz-MG - Belo Horizonte		

1 – PARTICIPANTES		
NOME	EMPRESA	RUBRICA/VISTO
ADOLFINO ALVES P. NETO	ASSESPRO–BA	
ALCIDES JUNQUEIRA	ASSESPRO–MG	
EDILSON PATERNO	ASSESPRO–SC E AFRAC	
LEONARDO DICKER	ASSESPRO NACIONAL	
PAULO GILBERTO (MG), MAURO (ES), ROGÉRIO (SC), ROQUE (SC), EDISON (MS), GONZAGA (BA), JUSSARA (TO)	REPRESENTANTES DOS ESTADOS NO GT-46	

2 - DELIBERACOES	
ITEM	DESCRICAÇÃO
01	<p>XML – ARQUIVO ÚNICO DE INFORMAÇÕES</p> <p>As entidades foram questionadas sobre a entrega da especificação do “arquivo XML” logo na abertura da Reunião. Ao informarmos que não seria entregue, os representantes do GT reclamaram muito, em especial Paulo Gilberto e Mauro Deserto, afirmando que era inconcebível as entidades de TI não conseguirem fazer isto após dois meses, além de ser uma irresponsabilidade e falta de consideração.</p> <p>A situação somente se acalmou quando o Leonardo conseguiu justificar os motivos para a não entrega – falta de garantia de que haverá realmente uma simplificação das exigências e que é preciso amadurecer melhor a ideia antes de uma mudança tão grande. Ficou então definido que seria utilizado o formato TXT unificado que o Paulo Gilberto já tinha apresentado em junho/12, com pequenos ajustes.</p> <p>As Entidades, em conjunto com o GT-46 e no prazo máximo de 1 ano, farão novas análises e avaliações para, se for o caso, transformar o formato TXT (proposto pela Sefaz-MG) que será adotado agora em arquivo único no formato XML e num padrão.</p>
02	PERFIS DE REQUISITOS

GRUPO DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL

02	<p>Não houve nenhuma negociação nesse ponto – os representantes do GT-46 simplesmente apresentaram a nova Tabela com os 10 perfis como sendo algo já decidido e sacramentado. Houve algumas explicações e justificativas, onde foi demonstrado que este modelo ajudará a todos, inclusive as Softhouses, mesmo com 10 formatos diferentes (de “A” a “J”), e com a possibilidade do aparecimento de novos perfis. Com esse novo esquema, cada Sefaz define qual “perfil” irá adotar e, por consequência, já define o que é obrigatório, dispensável ou desejável em seu Estado, de acordo com cada requisito.</p> <p>O PAF-ECF será único para todos os Estados, sendo que a software-house será responsável por configurar o perfil adequado de acordo com cada Estado. Já para o processo de homologação, será necessário validar todos os Requisitos de cada “Perfil” dos Estados que a Softhouse irá atuar. Com isto a homologação será bem mais simples para quem atua num único Estado, e muito mais complicado para quem tiver que homologar todos os “perfis”. As Entidades argumentaram que isso aumentará o tempo de testes na homologação, mas os representantes do GT-46 afirmam que isso não irá ocorrer.</p>
03	<p>DAV E PRÉ-VENDA</p> <p>De forma surpreendente, a nossa sugestão de simplificar a operação com DAV e Pré-Venda foi aceita de imediato, após justificarmos que poderíamos fornecer o controle necessário ao Governo mesmo que exista a flexibilidade que os Contribuintes precisam.</p> <p>Feito isto, passamos a discutir qual a melhor forma de fazer este controle, e foi aceita a nossa sugestão de se criar um “Log de Alteração dos Itens”, que será gerado no registro D4 do DAV. O layout desse log já foi definido em conjunto, ficando bem similar ao registro D3 já existente.</p>
04	<p>TABLETS, SMARTPHONES E COLETORES DE DADOS</p> <p>Após um breve debate, a posição do Fisco é que não há impedimento e nem necessidade de alguma alteração na legislação atual para que seja possível, para os Contribuintes, usarem estes equipamentos portáteis, mas é obrigatório que, no Laudo da homologação, o MD-5 dos programas dos aplicativos estejam também listados. Na homologação, as empresas desenvolvedoras deverão apresentar esse MD-5, mas os próprios representantes do GT levantaram a dificuldade que fiscais terão, em eventuais diligências, em conferir o código MD-5 desses dispositivos.</p>
05	<p>PUBLICAÇÃO DE LAUDO</p> <p>Não há como ser dispensada a publicação do Laudo no DOU, em função de artigo presente na Constituição Federal. Ficou acertado então que o GT-46 fará um ofício ao CONFAZ pedindo atenção aos procedimentos de publicação, visando evitar problemas com e-mails de solicitação de publicação.</p>
06	<p>MENU FISCAL (REQUISITO VII)</p> <p>A solicitação de alteração do texto legal foi aceita e será publicada já na próxima Especificação de Requisitos.</p>
07	<p>REQUISITO XLII item e35 (Emissão gratuita de passagem)</p> <p>Após verificação do texto deste Requisito, ficou confirmado que existe um erro, assim como também em outro item. Após um breve debate foi definido como deve ser feita a nova redação.</p>

GRUPO DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL

08	PRAZO PARA CADASTRO DE NOVA VERSÃO Como é uma alteração de Convênio ICMS, depende de aprovação do CONFAZ, e não do GT-46. De toda forma, a expectativa é que seja deliberado (e aprovado) na reunião do CONFAZ que ocorrerá em 28/09. A alteração ainda não foi publicada porque o estado do Ceará pediu vistas ao processo, atrasando a publicação. A Assespro/CE foi acionada para tentar entender a razão desse pedido feito pela Sefaz-CE, e ainda não há uma resposta sobre o assunto.
09	VALIDADE DE UMA VERSÃO DE PAF-ECF Idem 08 acima.
10	REPOSITÓRIO ÚNICO Também depende da alteração de Convênio ICMS, conforme item 8 acima.